



MPT lança ferramenta para acessar dados sobre emprego e desemprego no país

Ainda em caráter experimental, Termômetro do Mercado de Trabalho Formal no Brasil integra uma série de inovações desenvolvidas pela instituição para auxiliar no enfrentamento da Covid-19 e de seus reflexos no mundo do trabalho



O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou, em caráter experimental, o Termômetro do Mercado de Trabalho Formal no Brasil. A nova ferramenta apresenta um mapa de calor em que é possível visualizar as regiões onde ocorreu maior número de admissões e de demissões, além de informações como os setores econômicos mais afetados e as ocupações mais abrangidas. A iniciativa faz parte de uma série de inovações que estão sendo desenvolvidas pelo MPT para auxiliar no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e de seus reflexos no mundo do trabalho. Clique aqui para acessar o site.

Implementada no Observatório Digital de Trabalho Decente (SmartLab - Trabalho Decente), a plataforma conta com dados atualizados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) até o 4º trimestre de 2020. Entre as informações disponíveis estão as referentes a setores e ocupações com maiores saldos positivos e negativos bem como números de admissões e desligamentos. Para obter dados municipais, basta clicar no nome

do município correspondente no mapa.

As informações sobre a demanda por postos de trabalho, com detalhamento de ocupações, são relevantes não apenas para a definição de políticas de emprego e renda, mas também para investimento em programas de capacitação de pessoas vulneráveis em diferentes localidades, de acordo com o comportamento da atividade econômica e do mercado de trabalho. Os dados também são importantes para avaliar as consequências econômicas e sociais da pandemia de Covid-19.

O Termômetro do Mercado de Trabalho Formal no Brasil foi desenvolvido pela equipe do SmartLab – Trabalho Decente, coordenada pela Secretaria de Pesquisa e Análise de Informações (SPA) do MPT.

SmartLab – Os Observatórios Digitais/ SmartLab são uma iniciativa conjunta do MPT e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Trata-se de uma ferramenta digital inovadora de cruzamento de dados públicos que permite a formulação, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e políticas públicas de promoção do trabalho decente no país. Até o momento, foram lançados os seguintes observatórios: Segurança e Saúde no Trabalho, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros, Trabalho Infantil e Diversidade e Igualdade de Oportunidades no Trabalho.

FONTE: Procuradoria-Geral do Trabalho

RUDDER ESCONDE AS PERDAS DOS TRABALHADORES

ATENÇÃO!

Em nota divulgada semana passada, a Rudder diz que os vigilantes das bases dos sindicatos que já assinaram a convenção coletiva de trabalho de 2021 vão receber um reajuste dos salários, com valores retroativos à data-base. Mas a empresa não conta, esconde da categoria, as perdas enormes que os vigilantes desses sindicatos ligados à Federação vão ter, de agora em diante.

A Rudder vai pagar a base dos sindicatos pelegos, amigos dos patrões, que aceitaram entregar de mão beijada para as empresas direitos importantes dos trabalhadores.

Assinaram essa convenção os presidentes dos sindicatos ligados à Federação, de Caxias do Sul (Claudiomir da Silva Brum), Guaíba (Ramiro Antônio Coin), Novo Hamburgo (João Alfredo Ferreira), Santa Cruz do Sul (Paulo Rogério de Lara), Ijuí (Evaldo da Silva Lopes), Passo Fundo (Rodolfo Silva Boita) e Rio Grande (Alexandre Gibon Pinheiro).

São os mesmos sindicatos que, ano passado, assinaram uma convenção zerada, sem nenhum reajuste, só para garantirem para eles o repasse das contribuições.

Será que os vigilantes desses sindicatos sabem das perdas que vão ter?

Essa proposta que os sindicatos da Federação assinaram, com seis por cento de reajuste, não repõe as perdas salariais da categoria, que chegaram a mais de dez por cento nos últimos dois anos, uma vez que não teve aumento de salário ano passado.

Mas no documento que assinaram fica como se tudo tivesse sido quitado, ninguém vai poder reclamar mais nada dessas perdas, nem na Justiça!

Além disso, os vigilantes de banco vão ter que ficar à disposição da empresa para compensação de jornada nos finais de semana, a fim de completar a jornada semanal de 44 horas.

Também retira o direito da hora prorrogada noturna depois das 05 horas da manhã e exclui o adicional noturno na base de cálculo das horas extras laboradas nos intervalos.

Em outra cláusula, as empresas ficam autorizadas a praticar a jornada 4 x 2 e reduzir os intervalos para 30 minutos, indenizando, quando for o caso, apenas 30 minutos e não uma hora, como manda a lei. Essa convenção autoriza ainda o início do gozo dos intervalos para refeição na hora que o empregador bem entender.

Outra cláusula prejudicial aos trabalhadores exclui o pagamento do adicional de 100% quando a empresa não compensar o trabalho ocorrido no repouso semanal ou feriados.

Tudo isso é prejuízo no bolso dos vigilantes. As empresas dão uma merreca por um lado mas por outro lado tiram muito mais, com essas e outras cláusulas perversas. Por que a Rudder e esses sindicatos estão escondendo isso?

Estão escondendo porque os vigilantes vão perder muito mais do que vão ganhar, essa é a verdade!

Se liguem, vigilantes, é preciso olhar não apenas para o índice de reajuste, mas prestar atenção também nas mudanças das demais cláusulas, que são muito importantes na hora de receber.

Não caiam na conversa de patrão e de pelego!

FONTE: Sindivigilantes do Sul

LICITAÇÃO SEC/INTERIOR: INFORMAÇÃO DE INTERESSE DOS VIGILANTES, ESPECIALMENTE DOS VIGILANTES DA MAP



Diante de notícias acerca de licitação ou empresa vencedora de contrato com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC para o interior do Estado, serviço realizado hoje pela Map, o Sindicato pesquisou e traz aqui uma informação mais precisa para todos.

De fato a Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB publicou no Diário Oficial do último dia 10 de março o Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 022/2021 tendo como objeto “Registro de Preços de Vigilância e Segurança Patrimonial Presencial para Atendimento à Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC e suas Unidades Escolares, localizadas no interior do Estado da Bahia.”

Por definição técnica e legal o Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva utilizando-se as modalidades de licitação de Concorrência Pública e Pregão (eletrônico ou presencial), o qual seleciona a proposta mais vantajosa para a administração pública, com a observância fiel do princípio de isonomia, pois sua compra é projetada para uma futura contratação.

Portanto o tipo de licitação é uma “compra futura”. No caso do presente Aviso, o procedimento está dividido em 4 lotes e envolve unidades da SEC em Alagoinhas, Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus, Serrinha, Eunapolis, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Barreiras, Juazeiro, Medeiros Neto e Paulo Afonso e a abertura ou apresentação dos preços está prevista para o próximo dia 24/03.

Por enquanto, esta é a informação oficial, documentada.

É do interesse de todos nós porque envolve o emprego de um volume grande de vigilantes.

Vamos continuar atentos, vigilantes!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA



18/03 às 19h NO
FACEBOOK E INSTAGRAM



TEMA: **TRAJETÓRIA DA
APOSENTADORIA ESPECIAL
E REFORMA DA PREVIDÊNCIA,
HISTÓRIA DE LUTA E
CONQUISTAS**



Audiência na CEJUSC discute sobre férias na RN Segurança



Nesta segunda-feira, 15 de março, representantes do Sindsecur participaram de uma audiência no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC)

A audiência teve como objetivo tratar das férias em aberto dos vigilantes da RN Segurança referente ao período 2018/2019. Na ocasião, os representantes da empresa alegaram através de uma lista de trabalhadores, que não existe nenhum débito relativo a férias do ano de 2019.

Diante disso, solicitamos aos vigilantes que gozaram das férias em 2019 e ainda não receberam a devida remuneração, que confira

junto aos nosso sindicato o dia em que a empresa informa que efetuou o pagamento e apresente o extrato do mês e ano informado.

O papel do sindicato é defender o trabalhador, por isso a direção do Sindsecur tem cobrado política e juridicamente, que as empresas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas com os vigilantes.

FONTE: sindsecur

Congresso se reúne nesta semana para analisar 36 vetos presidenciais

Sessões abrem caminho para votação do orçamento de 2021

Jefferson Rudy/Agência Senado



Para que um veto seja derrubado é preciso ter os votos de 257 deputados e 41 senadores

O Congresso Nacional se reúne nesta quarta (17) e quinta-feira (18), em sessões remotas, para analisar 36 vetos presidenciais. A maioria dos vetos foi publicada há mais de 30 dias, o que impediria a votação de outros temas pelo Congresso, como a proposta orçamentária para este ano (PLN 28/20).

Os líderes partidários ainda devem se reunir para decidir como será a votação dos vetos. A votação do orçamento está prevista para a próxima semana, nos dias 23 e 24.

Auxílio emergencial

Entre os vetos que aguardam a deliberação do Congresso estão os feitos ao auxílio emergencial à mulher provedora de família monoparental (VET 35/20) e à compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em virtude da Covid-19 (VET 36/20), assim como os vetos à extensão do auxílio emergencial a agricultores familiares que não tivessem recebido o benefício (VET 46/20) e à concessão do auxílio emergencial para atletas (VET 54/20).

Da Redação - CL - Com informações da Agência Senado - Fonte: Agência Câmara de Notícias

Preços dos alimentos disparam e reajustes salariais não repõem inflação, aponta Dieese



O prato preferencial da maioria dos brasileiros, que também é recomendado por nutricionistas, composto por arroz, feijão, carne, legumes e salada, está cada vez mais difícil de ser colocado à mesa da população por causa da disparada dos preços. Nos últimos 12 meses, o custo da comida aumentou 19,4% – mais do que triplo em relação à inflação oficial do país (5,20%). É a maior onda de alta dos alimentos nos últimos 18 anos.

Em contrapartida, os salários dos trabalhadores e das trabalhadoras tiveram variação real média de menos 0,53%, já descontada a inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados dos reajustes salariais são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que também observou que reajustes iguais ao INPC ficaram em cerca de 29% das negociações salariais analisadas, e apenas 10% das negociações resultaram em ganhos reais.

“Quanto mais a inflação cresce, no contexto de crise econômica, maior é a dificuldade das negociações coletivas conseguirem repor a inflação, e esta crise econômica com inflação crescente é o pior dos cenários para os trabalhadores”, diz a técnica do Dieese Adriana Marcolino. “O resultado é uma queda brutal no poder de compra dos brasileiros”, completa.

Poder de compra do trabalhador está corrompido

O levantamento do Dieese sobre os preços da cesta básica também mostra o quanto o poder de compra do trabalhador está corrompido. O rendimento médio de todos os trabalhos efetivamente recebidos pelas pessoas ocupadas de 14 anos ou mais, no 4º trimestre de 2020, foi de apenas R\$ 2.482,00.

Se levarmos em consideração que uma cesta básica para uma única pessoa em São Paulo, em fevereiro deste ano, custou R\$ 639,47 e que o salário mínimo, segundo o Dieese, deveria ser de R\$ 5.375,05, pode-se imaginar o tamanho do rombo nos orçamentos das famílias que têm de pagar ainda aluguel, tarifas de água e luz e demais despesas.

“Em geral, com crise econômica e menor demanda, o preço cai, mas o que estamos vivendo é a soma de crise econômica e inflação crescente, o que só demonstra o tamanho do desajuste da economia brasileira”, destaca Adriana.

O drama de quem luta para pôr comida à mesa

O resultado deste descompasso entre reajustes de preços e os salários é a diminuição dos produtos que o brasileiro compra e leva para a casa. A cuidadora de idosos, Mônica Santos, sabe bem como está difícil ajudar na alimentação de seis pessoas da sua família: seus pais, dois sobrinhos, um irmão especial e a sua filha.

Ela conta que sua mãe aposentada ganha um salário mínimo (R\$ 1.100), mas com os empréstimos consignados que fez sobram apenas R\$ 600. O pai, também aposentado, ganha cerca de R\$ 1.300, mas o que sobra, também por causa de créditos consignados, é em torno de R\$ 800. Por isso, Mônica precisa levar carne para eles.

“Meus pais precisam de uma alimentação saudável, e eles gostam de carne e o jeito é comprar de segunda. A alcatra e o contra filé estão com preços impossíveis e sou obrigada a

levar um bife duro, que, ou eu cozinho, ou dou uma ‘surra’ nele até amolecer, antes de fritar”, conta Mônica.

A cuidadora de idosos faz a conta: no mês de janeiro gastou R\$ 450,00, entre carnes e um pouco de gêneros de primeira necessidade. Em fevereiro foram R\$ 560,00. Mas no início deste mês de março gastou R\$ 215,00 só em carnes e ainda, segundo ela, vieram apenas seis pacotinhos.

“A sorte é que onde meu irmão faz tratamento é dada uma cesta de feira com muitos legumes, e meus pais conseguiram comprar uma casinha na zona leste de São Paulo, pelo CDHU e não precisamos pagar aluguel”, diz Mônica.

Apesar de se alimentar fora por morar na casa de uma idosa que cuida em função da pandemia, Mônica passa quatro dias por mês, durante suas folgas com a família, e é ela quem leva o que chama de “pesado” das compras.

“O arroz está tão caro, e eu adoro, sou viciada, mas fui obrigada a reduzir o meu próprio consumo. Acabei fazendo dieta tirando o arroz do cardápio”, conta indignada.

Produtos que mais subiram de preços

Os produtos alimentícios que mais subiram, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram: o óleo de soja (87,89%), o arroz (69,80%), a batata (47,84%) e o leite longa vida (20,52%).

Já entre os grupos de alimentos pesquisados pelo IBGE, as maiores altas ocorreram em cereais, leguminosas e oleaginosas (57,83%), óleos e gorduras (55,98%), tubérculos, raízes e legumes (31,62%), carnes (29,51%) e frutas 27,09%.

Os reajustes da gasolina também pressionam o IPCA que voltou a acelerar e fechou o mês de fevereiro em 0,86% contra 0,25% e janeiro – é a maior taxa para o mês desde 2016, segundo o IBGE.

Fonte: Rosely Rocha com edição de Marize Muniz – CUT Brasil

Trabalhadores lançam campanha contra desmonte no Banco do Brasil

Sindicatos e entidades buscam informar e mobilizar a população a respeito dos ataques sofridos pela bicentenária instituição



Desde 2016 o BB dispensou mais de 17 mil trabalhadores e fechou quase 1,1 mil agências. Inclusive em localidades sem outros serviços bancários

Trabalhadores do Banco do Brasil lançaram nesta sexta-feira (12) a campanha 'Articulação Nacional contra o Desmonte do BB'. Trata-se de um conjunto de forças que pretende alertar a população sobre os ataques sofridos pela bicentenária instituição. O lançamento foi marcado por uma live que contou com a participação de associações de trabalhadores, parlamentares e outras entidades da sociedade civil.

Desde 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o Banco do Brasil dispensou mais de 17 mil trabalhadores, fechou quase 1,1 mil agências bancárias e encerrou atividades em municípios e comunidades sem nenhum outro tipo de serviço bancário. Ainda que, no mesmo período, teve um acréscimo em sua carteira de 9,5 milhões de clientes.

Recentemente o banco anunciou seu plano

de reestruturação, que prevê a demissão de mais 5 mil funcionários e o fechamento de agências em cidades pequenas do interior do país. Em alguns municípios, como no estado do Pará, será preciso que aposentados se desloquem por até 70 quilômetros para receber suas aposentadorias.

País arrancado de si mesmo

Para a deputada federal Érica Kokay (PT/DF) “é como se o país estivesse sendo arrancado de si mesmo”, disse, durante a live. Ela lembrou que durante a crise financeira de 2008, foram os bancos públicos que impediram que os efeitos se alastrassem duramente sobre a vida das famílias brasileiras. “Possibilitaram que tivéssemos políticas anticíclicas para que a crise financeira não atingisse o bem estar das pessoas do país. Quando se mexe no BB, estão mexendo com a possibilidade do Brasil ser um país soberano. De abraçar seu povo.”

“Qualquer iniciativa que implique em desmonte do BB ignora que, em praticamente todos os rincões desse Brasil, de Norte ao Sul, o BB foi o pioneiro a se instalar como uma agência facilitadora e viabilizadora da atividade econômica”, explicou Loreni de Senger, presidente da Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil. “Pensar no papel do BB é mais do que pensar numa instituição financeira. Se confunde com a formação da nossa nação”.

Crédito rural

Juvândia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, lembrou da importância dos bancos públicos,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

que são responsáveis por cerca de 80% do crédito disponível para regiões Nordeste, Centro Oeste e Sul. Percentual ainda mais importante quando se trata especificamente do crédito rural. “Tem um ditado muito interessante, na agricultura familiar: ‘Se o campo não planta, a cidade não janta’”. Ela destacou que a instituição é responsável por 93% do crédito rural disponível na região Norte, 79% na região Nordeste, 78% no Centro Oeste.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Kleyton Moraes, o momento é de dialogar com toda a sociedade. Conversar sobre os desmontes com parlamentares, lideranças políticas, empresários e, em especial, os trabalhadores. “O funcionalismo do BB o fermento da nossa mobilização e da nossa luta.”

A iniciativa da ‘Articulação Nacional contra o Desmonte do BB’ é da Contraf-CUT, Sindicato dos Bancários de Brasília, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil, da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil e a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil. São parceiros ainda na campanha a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional.

Fonte: RBA - Marcelo Santos

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF